

O presidente José Sarney entra nesta semana decidido a lançar seu novo plano de estabilização da economia. Uma demonstração disso foi dada ontem quando deixou o Palácio da Alvorada, onde estava descansando de sua viagem a Carajás e Maranhão, e dirigiu-se ao Palácio do Planalto, ali permanecendo, fechado em seu Gabinete no terceiro andar, das 9h30 até às 12h30.

Os próprios funcionários do Planalto estranharam a atitude do presidente da República, que pela primeira vez trabalhava oficialmente num domingo. Mais tarde, o porta-voz Antônio Frota Neto explicava que Sarney, na verdade, estava recuperando o tempo perdido na semana passada com as audiências marcadas pelo Gabinete Civil, além das recepções oferecidas ao presidente de Portugal, Mário Soares.

Sobre a mesa do presidente, no domingo passado, estavam várias alternativas para recuperar a economia, algumas das quais assinadas por empresários que participaram da reunião do último dia 20 em Itatiba, interior paulista. Segundo informações do Palácio do Planalto, Sarney vai procurar um meio termo entre essas propostas e os estudos formulados pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e os economistas André Lara Rezende e Péricio Arida, que participaram da elaboração do Plano Cruzado.

A dedicação que vem dando a esse novo reajuste é também vista como um sinal de que o presidente está jogando uma cartada decisiva, na qual está em jogo o que lhe res-

ta de prestígio junto à opinião pública. Sarney, segundo uma categorizada fonte do Planalto, está com um olho dentro do Brasil e outro voltado para o Exterior, de onde surgem também pressões econômicas para que o País volte a pagar os juros da dívida externa.

Por enquanto, o único empecilho existente para anunciar novas medidas econômicas — já que o próprio presidente se recusa a admitir a existência de um pacote — é a nova crise no relacionamento entre o PMDB e o PFL, que também esta semana merecerá atenção especial de Sarney. O presidente deseja ouvir os líderes partidários e estabelecer um novo acordo de união para garantir a transição democrática e a execução de seu programa de governo. E não se descarta, no Palácio do Planalto, que volte a fazer um pronunciamento à Nação para justificar os novos rumos que dará à economia em 1987.

O novo plano vai estabelecer metas para um grupo amplo de atividades, desenhanhando além disso um conjunto de mecanismos para alterar a política econômica atual, que desembocarão na estratégia de desenvolvimento do País nos próximos anos. As diretrizes gerais, já definidas pelo presidente da República, prevêem aceleração do desenvolvimento econômico mediante o emprego de investimentos nacionais e estrangeiros, que serão atraídos por diferentes mecanismos de estímulo. Além disso, pretende-se garantir uma redu-

ECONOMIA

Vai sair o Plano Sarney

Esta semana é decisiva:
ele estuda todas as alternativas e
quer apresentar logo as medidas.



ção do déficit social, com uma política de redistribuição de renda e execução de programas especiais para a atenuar a miséria. Outros pontos capitais são a redução do déficit público e o controle gradual da inflação.

Em linhas gerais, o novo plano não difere estruturalmente do triângulo que se procurou implantar no período Geisel: definição clara de um papel para a iniciativa privada, formulação das fronteiras para a atuação do Estado e fixação da área em que poderá atuar o capital estrangeiro, que receberá um tratamento mais liberal. As empresas estrangeiras terão uma definição clara das regras do jogo e os estímulos à sua atuação irão desde maior flexibilidade na conversão da dívida em capital de risco até a abertura das bolsas ao capital externo.

Pretende-se beneficiar as empresas privadas com linhas de crédito especiais preferenciais, de acordo com sua condição de pequena, média ou grande, ou segundo o setor de atuação, seja agrícola ou outro campo prioritário da economia. Também será favorecido o crédito para exportações, com uma maior flexibilidade de preços, a título de estímulo às vendas externas.

Entre os estímulos mais amplos para a economia em seu conjunto, destacam-se o rigor no controle da inflação e a consequente redução das taxas de juros. A esse

incentivo, viriam juntar-se uma política cambial realista, eficiência do governo na prestação de serviços e uma disposição de manter infra-estruturas adequadas.

As estatais estão reservada uma orientação para uma política de preços e tarifas realista, a fim de capitalizá-las, sanear sua estrutura de custos financeiros, para que possam ser agilizados empréstimos favorecidos, de instituições nacionais ou estrangeiras.

Está prevista também a renegociação plurianual da dívida externa e, para os salários, a idéia básica é permitir a livre negociação, sem eliminar totalmente a reposição compulsória, de acordo com a inflação, mas tornando-a semestral e obrigatória somente para faixas salariais até cinco mínimos. Embora esteja disposto a eliminar a figura do gatilho, o governo pretende, antes de qualquer decisão, discutir o tema com os trabalhadores. Para isso, acena com um equacionamento equilibrado dos preços com os salários, de tal forma que os trabalhadores não saiam prejudicados, em caso de uma persistência da inflação alta, e não percam fatias já conquistadas da redistribuição de renda.

A opção social estará equacionada dentro dos mecanismos da economia de mercado. Mas o governo pretende impedir a qualquer custo o aumento do déficit social, enquanto irá retirando gradualmente os obstáculos que limitam o funcionamento de uma economia livre.